

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO TOCANTINS

Autarquia Federal criada pela Lei Nº 5.905/73

MAPA DE RISCO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

(Processo Administrativo nº 175/2025)

OBJETO

Contratação da empresa **Câmara de Dirigentes Lojistas de Palmas - CDL**, inscrita no CNPJ sob o nº **38.132.981/0001-01**, especializada na estruturação e execução de cobranças administrativas, com uso de plataforma de análise e inteligência, abrangendo higienização, atualização e enriquecimento de dados cadastrais, registro em bancos de restrição de crédito, envio de notificações físicas e digitais, integração via WebService, gestão, implantação, suporte técnico, consultoria e emissão de relatórios, com o objetivo de otimizar a cobrança e manter uma base cadastral mais eficiente e precisa para o Conselho Regional de Enfermagem do Tocantins – COREN/TO.

FASE DE ANÁLISE

(x) Preparatória/Planejamento

(x) Seleção do Fornecedor

(x) Execução do Contrato

SÍNTESE DOS RISCOS

ID	RISCO	DANO(S)	P	I	NR = P x I	CLASSIFICAÇÃO NR	TRATAMENTO	AÇÕES PREVENTIVAS	RESPON- SÁVEL	AÇÕES DE CONTINGÊNCIA	RESPON- SÁVEL
1	Deficiência no levantamento da necessidade real.	Superdimensionamento ou subutilização do serviço contratado.	2	3	6	Médio	Mitigar	Utilizar dados históricos de inadimplência e cruzamento com projeções futuras para dimensionar corretamente a demanda.	Sector de Dívida Ativa	Revisar ou substituir por dispensa em caso de descontinuidade.	Sector demandante

2	Ausência de definição clara dos critérios de medição e desempenho.	Dificuldade de fiscalização, pagamento indevido ou questionamentos da contratada.	3	3	9	Médio	Mitigar	Estabelecer indicadores objetivos, metas mensuráveis e glosas proporcionais no TR.	CPL Setor Demandante	Realizar termo aditivo para correção das cláusulas de medição.	CPL Fiscal de Contrato
3	Documento de exclusividade vencido ou inválido.	Impedimento jurídico à inexigibilidade.	1	5	5	Médio	Mitigar	Verificar autenticidade e validade do documento junto à SPC/Brasil.	CPL	Suspender processo até regularização documental.	CPL
4	Dados cadastrais enviados pela CONTRATANTE incompletos.	Baixo desempenho na cobrança, glosas e falha na meta de recuperação.	3	4	12	Alto	Mitigar	Validação prévia dos dados antes do envio; padronização dos arquivos.	Setor de Dívida Ativa Setor de TI	Solicitar reenvio imediato dos dados; suspender processamento do lote.	Setor de Dívida Ativa Fiscal de Contrato
5	Falhas na plataforma digital (instabilidade ou queda).	Interrupção dos serviços de cobrança e comunicação.	2	5	10	Médio	Mitigar	Exigir testes de estresse da plataforma previamente à contratação e homologação técnica antes da produção.	Fiscal de Contrato	Acionamento do suporte emergencial com SLA pactuado.	Fiscal de Contrato
6	Vazamento de dados pessoais (LGPD).	Responsabilização solidária, multas e danos à imagem.	3	5	15	Alto	Mitigar	Exigir plano de proteção de dados, criptografia e acesso restrito.	Fiscal de Contrato	Comunicação à ANPD, abertura de sindicância e suspensão do serviço.	Fiscal de Contrato
7	Baixo desempenho nos indicadores de entrega.	Aplicação de glosas, inadimplência não recuperada.	3	3	9	Médio	Mitigar	Monitoramento mensal com aplicação de glosas automáticas conforme TR.	Fiscal de Contrato	Formalizar notificações e exigir plano de correção	Fiscal de Contrato
8	Não realização do treinamento aos servidores.	Uso inadequado da plataforma, baixa autonomia técnica.	2	3	6	Médio	Mitigar	Garantir cronograma com datas e registro de presença.	Fiscal de Contrato Setor Demandante	Solicitar nova capacitação e emitir advertência contratual.	Fiscal de Contrato

9	Falta de relatórios mensais claros e objetivos.	Impossibilidade de medição e pagamento.	2	3	6	Médio	Mitigar	Modelo-padrão de relatório; exigência contratual.	Fiscal de Contrato	Rejeitar medição até correção e reenvio.	Fiscal de Contrato
10	Finalização do contrato sem transição adequada.	Perda de dados, descontinuidade da cobrança.	2	4	8	Médio	Mitigar	Cláusula contratual ou TR obrigando entrega técnica e apoio de transição.	CPL Fiscal de Contrato	Estender apoio por até 30 dias conforme TR.	Fiscal de Contrato
11	Ausência de previsão orçamentária em exercícios futuros (dotação plurianual).	Suspensão ou interrupção do contrato por falta de recursos.	2	4	8	Médio	Mitigar	Incluir a despesa no planejamento orçamentário plurianual; monitorar dotação anualmente.	Setor Financeiro	Redimensionar escopo ou suspender atividades menos prioritárias.	Setor Financeiro
12	Envio de notificações com falhas legais (ex: ausência de aviso de recebimento, prazos insuficientes ou linguagem inadequada).	Judicialização, anulação dos registros, danos à imagem institucional e responsabilização do COREN/TO.	3	4	12	Alto	Mitigar	Validar previamente os modelos de notificação com assessoria jurídica e conferir prazos legais e meios de envio (CDC, LGPD, normativos do SPC Brasil).	Setor de Dívida Ativa Fiscal de Contrato	Solicitar reemissão das notificações com correção formal; aplicar sanção contratual se reincidente.	Fiscal de Contrato

LEGENDA

P: Probabilidade (1 a 5)	I: Impacto (1 a 5)	NR: Nível de Risco (P x I)	Classificação: Baixo (até 5), Médio (6-15), Alto (16-25)
--------------------------	--------------------	----------------------------	--

CRITÉRIOS UTILIZADOS

Matriz de Riscos					
Impacto →	Muito Baixo (1)	Baixo (2)	Médio (3)	Alto (4)	Muito Alto (5)
Muito Alta (5)	5	10	15	20	25
Alta (4)	4	8	12	16	20

Escala de Probabilidade (P)	
Probabilidade	Nível
Muito Baixa	1
Baixa	2
Média	3
Alta	4
Muito Alta	5

Escala de Impacto (I)	
Impacto	Nível
Muito Baixo	1
Baixo	2
Médio	3
Alto	4
Muito Alto	5

Média (3)	3	6	9	12	15
Baixa (2)	2	4	6	8	10
Muito Baixa (1)	1	2	3	4	5
Probabilidade ↑					

Escala de Níveis de Risco (P x I)	
Classificação	Faixa
Risco Baixo	1 a 4
Risco Médio	5 a 10
Risco Alto	12 a 16
Risco Extremo	20 a 25

Medidas de Respostas para Tratamento dos Riscos	
Aceitar	Quando se decide não tomar medidas em relação ao risco, visto que sua probabilidade e impacto são tão baixos que não justificam a criação de medidas para tratamento, ou os controles existentes já resguardam boa parte de suas consequências.
Transferir	Quando o risco possui probabilidade e impacto tão alto que a organização não pode suportar e decide transferi-lo a outra entidade.
Mitigar	A organização decide atuar a fim de reduzir a probabilidade e/ou impacto do risco, tornando-o menor ou até mesmo removendo-o da lista dos principais riscos.
Evitar	Alterar o processo a fim de evitar a ocorrência do risco.
Ações preventivas	Atuam nas causas a fim de evitar que o evento de risco se materialize.
Ações de contingências	Operam nas consequências (danos potenciais). São previstos com antecedência, mas só entram em ação caso o evento de risco venha a ocorrer. O objetivo é minimizar o impacto negativo das consequências (danos potenciais).

RESPONSÁVEL

Palmas/TO, 08 de julho de 2025.

AUGUSTO CÉSAR BATISTA ALENCAR
Comissão Permanente de Licitação
COREN-TO